

EMIVE PARTICIPAÇÕES S/A.
(Anteriormente denominada Children Participações S.A)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EMIVE PARTICIPAÇÕES S/A.
(Anteriormente denominada Children Participações S.A)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADA EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais individuais e consolidada

QUADRO 2 – Demonstrações dos resultados dos exercícios individuais e consolidada

QUADRO 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidada

QUADRO 4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidada

QUADRO 5 – Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidada

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADA
RELATÓRIO MG – 2023/113**

Aos Administradores da
EMIVE PARTICIPAÇÕES S/A.
(Anteriormente denominada Children Participações S.A)
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **EMIVE PARTICIPAÇÕES S/A. (Anteriormente denominada Children Participações S.A)** (“Controladora”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “**Base para opinião com ressalvas**”, as demonstrações financeiras individuais e consolidada acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **EMIVE PARTICIPAÇÕES S/A. (Anteriormente denominada Children Participações S.A)** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- I. O relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 conteve ressalva pelo fato de termos sido designados como auditores da Companhia em 17 de dezembro de 2021 e, portanto, não foi possível naquela data satisfazer-mo-nos sobre os saldos no início daquele exercício. Além disso, os procedimentos adicionais aplicados, decorrentes de primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos em 1º de janeiro de 2021, não foram suficientes para assegurar que eventuais distorções nos referidos saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme requerido pela norma NBC TA 510 (R1) – Trabalhos iniciais - Saldos iniciais.
- II. Conforme nota explicativa nº: 22.3, nos exercícios de 2020 e 2021, a Administração da Controladora registrou na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, a título de ajustes de exercícios anteriores” os montantes de R\$57.887 mil e R\$60.102 mil, respectivamente. A norma NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que trata do referido tema, determina que, nestas situações, as demonstrações financeiras devem ser reapresentadas para melhor refletir os efeitos do valor ajustado. A Administração da Controladora optou pela não reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidada”. Somos independentes em relação à **EMIVE PARTICIPAÇÕES S/A. (Anteriormente denominada Children Participações S.A)** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Reorganização societária e Demonstrações financeiras comparativas pro forma não auditadas

Conforme mencionado na nota explicativa de nº: 7 “Reorganização Societária”, a Controladora, em 30 de novembro de 2021, mediante Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), os acionistas da Companhia aprovaram a proposta de Reorganização Societária (“Cisão Parcial”) visando realizar a segregação das suas atividades econômicas. A cisão foi elaborada pelo valor nominal das quotas de participação constante no contrato social de cada sociedade empresária controladas, mediante o levantamento do acervo líquido naquela data base.

As demonstrações financeiras individuais e consolidada não apresentam cifras comparativas, em decorrência da referida reorganização societária, razão pelo qual as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2020 não estão sendo apresentadas. A Administração optou por apresentar como proforma as demonstrações financeiras individuais da Controladora do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, visando minimizar o impacto da reorganização societária citada, na comparabilidade das demonstrações financeiras divulgadas. As informações financeiras individuais pro forma não auditadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela Administração. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Eventos subsequentes

Examinamos os eventos subsequentes de acordo com a documentação disponibilizada pela Administração, consoante com o disposto na norma NBC TG 24. Conforme nota explicativa nº: 30, no período subsequente a data base das demonstrações financeiras e até a data de sua emissão, não ocorreu eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidada do exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas, conforme mencionado na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidada

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Controladora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Controladora e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidada

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

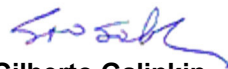
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Controladora e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Controladora e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Controladora e suas Controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidada representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidada. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria, e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023.



Gilberto Galinkin

Contador CRC/MG 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes

CRC MG 005.455/O-1

QUADRO 1

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em R\$ mil)

Ativo				Passivo					
	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado		Notas Explicativas	Controladora		Consolidado
		2021	2020 (Pro forma Não auditado)				2021	2021	
Circulante		107	303	71.517	Circulante		64	191	37.254
Caixa e equivalentes de caixa	9	105	283	42.571	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	18.333
Contas a receber	10	-	-	14.833	Fornecedores		10	156	6.142
Promoção de vendas		-	-	1.905	Obrigações tributárias	17.1	4	-	3.567
Despesas antecipadas		2	20	29	Impostos de renda e contribuição social	17.2	11	-	3.213
Estoques	11	-	-	12.179	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18	39	35	3.990
					Arrendamento	19	-	-	2.009
Não circulante		83.771	125.526	31.713	Não circulante		144.769	130.585	159.032
Promoção de vendas		-	-	3.542	Empréstimos bancários	16	-	-	34.807
Despesas antecipadas		-	-	25	Débitos com partes relacionadas	12.2	24.493	78.824	48.603
Créditos com partes relacionadas	12.1	71.809	77.613	8.165	Obrigações tributárias	17.3	-	-	5.215
Depósitos judiciais		-	-	3.151	Adiantamento para futuro aumento de capital	20	50.000	-	50.000
Investimentos	14	11.962	47.913	-	Passivo a descoberto com investimentos	14	70.276	51.761	-
Outros investimentos		-	-	223	Provisões para riscos	21	-	-	17.174
Imobilizado	15	-	-	12.035	Arrendamento	19	-	-	3.233
Direito de uso	19	-	-	4.572					
					Patrimônio líquido		(60.955)	(4.947)	(93.056)
					Capital social		4.910	5.010	4.910
					Lucros e prejuízos acumulados		(65.865)	(9.957)	(65.865)
					Patrimônio líquido controladora		(60.955)	(4.947)	(60.955)
					Participação de Minoritários	22.2	-	-	(32.101)
Total do ativo		83.878	125.829	103.230	Total passivo		83.878	125.829	103.230

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

QUADRO 2

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em R\$ mil)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado
		2021	2020 (Pro forma Não auditado)	2021
Receita líquida de vendas	23	-	-	102.234
Custo das mercadorias vendidas	24	-	-	(7.113)
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(26.947)
Lucro bruto		-	-	68.174
Despesas operacionais		4.197	(26.949)	(46.858)
Despesas administrativas	26	(202)	(593)	(16.622)
Despesas gerais	27	(1.240)	(463)	(18.208)
Despesas com vendas		-	-	(386)
Despesas não dedutíveis		-	-	(1.279)
Depreciação		(73)	(544)	(6.542)
Despesas tributárias		(100)	(35)	(1.805)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(424)
Provisão contingências judiciais/trabalhistas		-	-	(123)
Equivalência patrimonial	14	5.812	(25.314)	-
Outras receitas/despesas		-	-	(1.469)
Resultado operacional		4.197	(26.949)	21.316
Resultado financeiro	28	(4)	(387)	(8.017)
Resultado líquido antes dos impostos		4.193	(27.336)	13.299
Provisão impostos de renda / contribuição social		-	-	(10.905)
CSLL		-	-	(2.960)
IRPJ		-	-	(7.945)
Lucro\prejuízo) do exercício da controladora		4.193	(27.336)	2.394
Participação dos minoritários		-	-	1.799
Lucro\prejuízo) do exercício		4.193	(27.336)	4.193

QUADRO 3**EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****(Em R\$ mil)**

	2021	2020 (Pro forma Não auditado)	2021
Lucro(prejuízo) do exercício da companhia	4.193	(27.336)	4.193
Ajuste de avaliação patrimonial dos investimentos	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	4.193	(27.336)	4.193

QUADRO 4**EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE****(Em R\$ mil)**

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Participação minoritários</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.010	1.002	22.353	51.911	(26.773)	53.503
Lucro do exercício	-	-	-	(27.336)	-	(27.336)
Constituição/baixa reserva legal	-	(1.002)	-	1.002	-	-
Constituição/baixa reservas de lucros	-	-	(22.353)	22.353	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(57.887)	-	(57.887)
Participação minoritários	-	-	-	-	(3.529)	(3.529)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Pro form não auditado)	5.010	-	-	(9.957)	(30.302)	(35.249)
Lucro do exercício	-	-	-	4.193	-	4.193
Participação minoritários	-	-	-	-	(1.799)	(1.799)
Ajuste de avaliação patrimonial dos investimentos	-	-	-	(60.101)	-	(60.101)
Cisão	(100)	-	-	-	-	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.910	-	-	(65.865)	(32.101)	(93.056)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

QUADRO 5

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Pro forma Não auditado)	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício	4.193	(27.336)	2.394
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	73	544	4.066
Depreciação arrendamento	-	-	2.476
Equivalência patrimonial	(5.812)	25.314	-
Provisão para contingências judiciais/trabalhistas	-	-	123
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	424
Resultado financeiro	4	387	8.017
<u>Variação de ativos e de passivos:</u>			
Aumento em contas a receber	-	-	(3.203)
(Aumento) Redução despesas antecipadas	18	(19)	(4.791)
(Aumento) Redução estoques	-	783	(7.958)
Aumento (Redução) em fornecedores	(146)	(360)	3.520
Aumento (Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias	4	10	1.044
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	15	(0)	(141)
Aumento em outros passivos não circulantes	-	-	66
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(1.651)	(677)	6.037
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>			
Aumento (Redução) ao imobilizado	-	5.754	(7.230)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	5.754	(7.230)
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>			
Captações de empréstimos	-	-	35.179
Pagamentos de principal de empréstimos	-	(2.302)	(12.911)
Pagamentos de juros em empréstimos	-	-	(981)
Amortização de passivos de arrendamento	-	-	(1.082)
Créditos com partes relacionadas	5.804	12.993	(40.052)
Débitos com partes relacionadas	(54.331)	(15.689)	13.579
Pagamentos de Parcelamentos fiscais	-	-	(2.189)
Adiantamento para futuro aumento de capital	50.000	-	50.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	1.473	(4.998)	41.543
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(178)	79	40.350
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	283	204	2.221
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	105	283	42.571
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(178)	79	40.350

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EMIVE Participações S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.) (“Companhia” e ou “Controladora”, e em conjunto com suas empresas controladas, “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 3079, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O Grupo atua no mercado de segurança eletrônica desde 1991, com mais de 140 mil clientes atendidos. Com foco em tecnologia de última geração e excelência no atendimento, a Companhia é reconhecida no mercado nacional pela eficácia e qualidade de seus produtos e serviços, figurando hoje como a maior empresa brasileira do segmento na América Latina.

A atuação do Grupo tem como ponto focal três momentos de ação distintos, que definem sua atuação junto aos clientes: inibir, detectar e agir. Esses são os pilares do ciclo de negócios. Cada um sustentado por um modelo de ação eficaz, por uma equipe dedicada e especializada na sua função, com treinamentos constantes e atualização periódica.

A missão do Grupo contempla a conquista e a manutenção da qualidade de vida de seus clientes, visto que além de entregar alta tecnologia e atendimento especializado e regionalizado, também entrega tranquilidade (#viva a tranquilidade). O seu maior compromisso é levar segurança para seus clientes e contribuir com a construção de um país melhor e mais seguro.

No ano de 2020, a Companhia decidiu expandir sua marca e atuação para todo o mercado nacional, através do modelo de micro franquias, sendo então criada a Emive Franchising Gestão de Ativos S/A (“Emive Franchising”), empresa do grupo que gere e comercializa este modelo idealizado pela Companhia e desenhado pelos diversos especialistas na área. A Emive Franchising traz um modelo e produto leve com alto nível tecnológico embarcado, com capacidade de operação a distância, levando a marca e serviços Emive para todo o país. A Companhia encerrou o ano de 2021 com 10 escritórios aberto para atendimento a este modelo. Atualmente, já possui 29 escritórios em operação e outros 2 em montagem.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Controladora, EMIVE Participações S.A., holding do Grupo, e suas controladas, conforme segue:

(i) Emive Patrulha 24horas Ltda. – opera com a prestação de serviços de segurança eletrônica monitorada (alarmes), fornecimento e locação de equipamentos para vídeo monitoramento (CFTV) e equipamentos de controle de acesso. Compra, venda locação, projetos, instalação e manutenção de sistemas, software e equipamentos eletroeletrônicos, comércio atacadista e aluguel de máquinas, equipamentos bem como suas peças, comerciais e industriais, comércio de suprimentos de informática, respectivos e necessários a prestação destes serviços e às atividades afins. Tratamento de dados, provedores de serviço de aplicação e serviços de hospedagem na internet, desenvolvimento e licenciamento de computador customizáveis e não customizáveis. Prestação de serviços de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, instalação e manutenção elétrica, de segurança eletrônica monitorada. Instalação, montagem, manutenção e reparação de máquinas e aparelhos elétricos, iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, sistema de prevenção contra incêndio, ar-condicionado, refrigeração e ventilação industrial e comercial. Construção, instalação e manutenção de estações e redes de telecomunicações. Construção de instalações esportivas e recreativas. Montagens de estruturas metálicas. Obras de montagem industrial.

(ii) Emive Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.: opera com a prestação de serviços de segurança eletrônica monitorada (alarmes), fornecimento e locação de equipamentos para

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vídeo monitoramento (CFTV) e equipamentos de controle de acesso. Compra, venda locação, projetos, instalação e manutenção de sistemas, software e equipamentos eletroeletrônicos respectivos e necessários à prestação destes serviços e afins.

(iii) Emive Locação de Equipamentos Eletrônicos Ltda.: opera com a locação de máquinas, equipamentos, veículos e serviços de segurança eletrônica monitorada (alarmes), fornecimento e locação de equipamentos para vídeo monitoramento (CFTV) e equipamentos de controle de acesso. Compra, venda, locação, projetos, instalação e manutenção de sistemas, software e equipamentos eletroeletrônicos respectivos e necessários a prestação destes serviços, e às atividades afins.

(iv) Emive Franchising Gestão de Ativos S.A.: opera com gestão e administração de ativos não financeiros; comércio varejista de artigos de papelaria, brinquedos e artigos recreativos e outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente.

(v) Comemax Comércio de Equipamentos de Segurança Eletrônica Ltda.: opera com atividade de comércio varejista de equipamentos para segurança eletrônica e congêneres; instalação, alteração, manutenção e reparo em sistemas de controle eletrônico, alarme contra roubo e segurança; monitoramento de sistemas de segurança; locação de equipamentos de segurança e monitoramento; e participar de outras sociedades como quotista ou acionista.

(vi) Semax Segurança Máxima Ltda.: opera com a prestação de serviços de monitoramento de sistemas de segurança e vigilância eletrônica, instalação e manutenção de sistemas de segurança e vigilância eletrônica, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios e Comércio Varejista de Equipamentos para Segurança Eletrônica e congêneres.

(vii) Master Security System Ltda.: opera com o comércio de alarmes eletrônicos e seus componentes e acessórios; prestação de serviços de manutenção e monitoramento de sistemas de alarmes eletrônicos em todos os setores; e a locação de equipamentos, tais como, câmeras de vigilância e alarmes. (art. 997, II, CC/2002).

(viii) CH Tecnologia Ltda.: opera com a reparação e manutenção de equipamentos de comunicação, de identificação e de relógios, suporte técnico e outros serviços em tecnologia da informação e das soluções de acesso e ponto, além do comércio varejista de peças, equipamentos e componentes elétricos e eletrônicos de telefonia de comunicação de identificação de acesso e ponto de informática de peças e suprimentos de informática, locação de equipamentos de controle de acesso, identificação, monitoramento e comunicação. (art. 997, II, CC/2002).

(ix) TCR Soluções Corporativas Ltda.: opera com o comércio varejista de peças, equipamentos e componentes, elétricos e eletrônicos, de telefonia, de comunicação, de identificação, de acesso e ponto, de informática, de peças e suprimentos de informática, reparação e manutenção de equipamentos de comunicação, de identificação e de relógios, suporte técnico e outros serviços em tecnologia da informação e das soluções de acesso e ponto além de locação de equipamentos. (art. 997, II, CC/2002).

(x) Rediseg Tecnologia S.A.: opera com o desenvolvimento e licenciamento de softwares, a assistência e suporte técnico em tecnologia da informação.

1.1 Situação da COVID 19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde -

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

OMS. Com a permanência da crise sanitária, que se estendeu por todo o exercício de 2021, a Administração da Companhia continua acompanhando os possíveis impactos em suas operações e tem desenvolvido planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade.

A Companhia criou um grupo de trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento de nossos clientes, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da qualidade dos negócios da Companhia.

De acordo com o entendimento da Administração, os impactos advindos da pandemia em 2021 afetaram positivamente seu negócio, pois, com o aumento da preocupação com segurança, notou-se um aumento da base de clientes. Entretanto, o Grupo continua monitorando os reflexos da pandemia e seus efeitos nos negócios.

1.2 Outras informações

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), ocorrida em 30 de novembro de 2021, os acionistas da Companhia, a época denominada Children Participações S.A. decidiram pela sua cisão, como objetivo de segregar as operações das empresas patrimoniais, representadas por imobiliárias, gestora de ativos, concessionárias, hotéis, entre outras, das empresas relacionadas às atividades de segurança que estavam todas originalmente consolidadas nesta única holding. Esta cisão, ocorreu na data base de 31 de outubro de 2021. Como resultado da cisão, todas as transações e saldos, provenientes das atividades patrimoniais, foram transferidos para a empresa, em constituição, Children Holding S.A., com o propósito específico de controlar todas as atividades que não eram ligadas a segurança. Como consequência, as demonstrações financeiras, individuais, da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram ajustadas a fim de refletir os saldos e transações relativas apenas às operações e atividades de segurança, para fins de comparabilidade. Esta reorganização societária e seus efeitos está divulgada na nota explicativa no.7.

Em consequência à cisão, a Companhia decidiu ampliar sua área de atuação, com abrangência e presença nacional (abertura de escritórios), com plano de negócios estruturado e elaborado em conjunto com uma assessoria externa especializada. Como resultado, a Companhia buscou investimentos de terceiros e assinou, em 08 de dezembro de 2021, Memorando de Entendimentos (“MoU”) com o Sr. Nicolau Carvalho Esteves, através do qual, este ou a estrutura por este definida, iria aportar o montante de R\$135.634 (cento de trinta e cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro mil reais) correspondentes à 18,99% da Companhia. Em 9 de dezembro de 2021, foi realizado um aporte de R\$50 milhões, a título de sinal, desta transação, registrado como “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”, no passivo não circulante.

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das empresas controladas direta e indiretamente. Em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das seguintes empresas, todas elas domiciliadas no Brasil:

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia	Controle direto / indireto	% de participação	
		31/12/2021	31/12/2020
Emive Patrulha 24h Ltda.	Direto	99,99	99,99
Emive Comercio de Equip. Elet. Ltda. (*)	Direto	63,29	99,99
Emive Locação de Equip. Elet. Ltda.	Direto	99,99	99,99
Emive Franchising Gestão de Ativos S.A.	Direto	99,00	99,00
Semax Segurança Máxima Ltda.	Indireto	98,97	98,97
Comemax Com. De Equip. de Seg. Elet. Ltda.	Direto	99,00	99,00
Master Security System Ltda.	Direto	100,00	100,00
CH Tecnologia Ltda.	Direto	90,00	90,00
TCR Soluções Corporativas Ltda.	Direto	90,00	90,00
Rediseg Tecnologia S.A.	Indireto	63,00	63,00

(*) Como resultado da Cisão a empresa Emive Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. teve sua participação reduzida.

3. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMIVE Participações S.A. e suas subsidiárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação da Diretoria Estatutária em 30/10/2023, conforme ata de reunião da diretoria executiva nesta data.

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMIVE Participações S.A. foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Desta forma, estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.

A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são relevantes para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 Base de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, o quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

Mensuração do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso a que o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho.

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a avaliação dos valores justos, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as transações de ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação em uma base contínua.

Se não houver preço cotado em mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao definir o preço de uma transação.

Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Grupo avalia os ativos com base nos preços de compra e os passivos com base nos preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida.

Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não for evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou com base em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis sejam julgado como insignificante em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo para distinguir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base apropriada ao longo da vida do instrumento, ou até que a avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

4.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.2.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

4.3 Base de Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos de termos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Na consolidação são eliminadas as participações da controladora no Patrimônio Líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável), das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

4.3.1 Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

4.3.2 Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

4.3.3 Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição, exceto quando de aquisições pelo método de aquisição antecipada, que não leva em consideração as participações dos não controladores.

Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

4.3.4 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidências de perda por redução ao valor recuperável.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Controladora e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5.1 Julgamentos

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 - Contas a receber: mensuração da perda de crédito esperada para as contas a receber;
- Nota explicativa nº 8.9 - Teste de redução ao valor recuperável de ativos tangíveis não financeiros: principais premissas em relação aos valores recuperáveis e valor em uso das unidades geradoras de caixa baseadas em fluxo de caixa descontado;
- Nota explicativa nº 21 - Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências e tributos sub judice: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

6. ALTERAÇÃO DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

O Grupo avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma).

O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

6.1 Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato).

Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações seus eventuais contratos.

6.2 Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

6.3 Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicação para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

6.4 Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 / IFRS 3- Combinação de negócios	Referências à estruturação conceitual	1º de janeiro de 2022
CPC 27 / IAS 16 – Imobilizado	Prover orientações para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrente de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Prover orientações para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

7. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 30 de Novembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), os acionistas da Companhia aprovaram a proposta de Reorganização Societária (“Cisão Parcial”) visando realizar a segregação das atividades de monitoramento, locação e vendas relacionadas ao mercado de segurança eletrônica, das demais atividades referentes à administração dos bens patrimoniais, que compreendeu:

- (i) Operação de Cisão Parcial da Companhia, onde esta comparece como Cindida e a companhia Children Holding S.A., em constituição, comparece como Incorporadora. Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 5 de janeiro de 2022, foi deliberada a alteração da denominação social da Companhia para Emive Participações S.A..
- (ii) Nesta operação de Cisão Parcial, a Companhia verteu parte de seu acervo líquido para a Incorporadora.
- (iii) Em consequência da Cisão Parcial, o Capital Social da Cindida foi reduzido no valor de R\$ 100 (cem mil reais), mediante a extinção de 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e de classe única.
- (iv) Após a redução de capital, o capital social da Cindida passou a ser de R\$4.910 (quatro milhões novecentos e dez mil reais), representado por 4.909.528 (quatro milhões novecentas e nove mil quinhentas e vinte e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e de classe única.
- (v) O capital social da Incorporadora foi de R\$ 100 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e de classe única
- (vi) A cisão ora proposta foi parcial e realizada mediante a transferência para a

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incorporadora de parte do acervo líquido da Cindida, companhia que subsistirá após a operação.

(vii) A cisão teve como base o patrimônio líquido da Cindida e os bens, direitos e obrigações que serão transferidos para a Incorporadora avaliados pelos respectivos valores contábeis, na forma da lei.

(viii) O Balanço Patrimonial da Cindida da Data Base, 31 de outubro de 2021, especialmente levantado para os fins da Cisão, foi o seguinte:

Balanço	Valores R\$ Pré Cisão	Valores R\$ Cisão	Valores R\$ Pós Cisão
Total do Ativo	173.186	(81.997)	91.189
Circulante	602	(602)	-
Não Circulante	172.584	(81.395)	91.189
Total Passivo	173.186	(81.997)	91.189
Circulante	73.957	-	73.957
Não Circulante	140.805	(81.897)	58.908
Patrimônio Líquido	(41.576)	(100)	(41.676)
Capital Social	5.010	(100)	4.910
Lucros e Prejuízos Acumulados	(46.586)	-	(46.586)

A Administração optou por apresentar como proforma as demonstrações financeiras individuais da Controladora do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, visando minimizar o impacto da reorganização societária citada, na comparabilidade das demonstrações financeiras divulgadas.

8. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas práticas foram aplicadas de modo consistente e comparativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

8.1 Regime de escrituração contábil

O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e as despesas são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o prazo de um ano contados a partir de 31 de dezembro de 2021, são classificados como circulantes e os valores com prazos superiores a um ano, foram classificados como não circulantes.

8.2 Reconhecimento da receita

A Companhia e suas Controladas reconhecem as receitas conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. O reconhecimento da receita ocorre pela observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

8.2.1 Receita de prestação de serviço

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e/ou serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas complementado pela provisão de serviços executados e ainda não faturados.

Os principais contratos com clientes da Companhia são suportados pelos contratos de adesão e monitoramento, que envolvem a comercialização de serviços recorrentes, prestados pelo Grupo.

8.2.2 Receita financeira

A receita financeira compreende basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras. É reconhecida no resultado com base no método da taxa de juros efetiva. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

8.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, conforme nota explicativa nº 9 e as contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 16.

8.4 Contas a receber (Clientes)

As contas a receber de clientes são decorrentes de serviços prestados e/ou produtos vendidos, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação, deduzido da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis de estimativa para ajuste ao valor presente e líquidos de estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa, conforme tabela abaixo:

Dias em atraso	% PELCD
Acima de 31	100,00
16 a 30	50,00
1 a 15	30,00

8.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo de aquisição é acrescido de gastos relativos a transporte, armazenagem e impostos não recuperáveis. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e é avaliado quanto ao seu valor recuperável na data de balanço.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em caso de perda por desvalorização (impairment) ou obsolescência, esta é imediatamente reconhecida no resultado e os saldos apresentados líquidos.

Os equipamentos que serão cedidos em comodato aos clientes, são classificados como mercadoria para consumo e, após a assinatura do contrato de locação, reclassificados para imobilizado cedido em comodato

8.6 Adiantamentos de promoção de vendas

Os adiantamentos de promoção de vendas correspondem ao valor da promoção de venda paga aos franqueados pelos contratos vendidos mensalmente no período subsequente à venda. Considerando que estes contratos possuem prazo de duração padrão de 36 meses, a Companhia difere e apropria a promoção de vendas antecipada durante este mesmo período, segregando entre ativo circulante e não circulante.

Conforme regras pactuadas entre a Companhia e os franqueados, para os contratos cancelados antes de completar os 36 meses de vigência, a Companhia tem a prerrogativa e efetua o estorno de: (i) 100% da promoção de vendas pagas antecipadamente aos franqueados, caso o cancelamento ocorra nos 12 (doze) primeiros meses de contrato; (ii) o valor correspondente a 4 mensalidades para os contratos cancelados entre 12 e 24 meses; e (iii) 2 mensalidades para os contratos cancelados após 24 meses. Adicionalmente, a Companhia efetua a baixa total do respectivo saldo do adiantamento de promoção de vendas em aberto.

8.7 Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos da Companhia em suas coligadas e controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas coligadas e controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

8.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo original de aquisição deduzido o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo original inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, excluindo custos de financiamentos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado, o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é registrado no resultado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. A vida útil está estimada como segue:

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Máquinas, aparelhos e equipamentos - 10 anos
- Veículos - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Equipamentos de informática e processamento de dados - 5 anos
- Sistemas de alarme em comodato - 3 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 25 anos
- Imobilizado cedido em comodato – 3 anos

Os imobilizados cedidos em comodato referem-se a todos os equipamentos de segurança que o Grupo deixa, em regime de comodato, junto a seus clientes para a prestação dos serviços.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se seu valor contábil for maior que o valor recuperável. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" na demonstração do resultado.

Devido à cisão ocorrida em outubro de 2021, no período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou R\$73 (R\$544 no período findo em 31 de dezembro de 2020) de depreciação relativa a bens transferidos à Children Holding S.A..

8.9 Ativo intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

8.9.1 Licenças de software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de 5 anos.

8.10 Instrumentos financeiros

8.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

8.10.2 Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”);
- ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

8.10.3 Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como um derivativo, uma contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, ou for designado como VJR no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demais passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

8.10.4 Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

8.10.5 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

8.11 Impostos

8.11.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi optante do Lucro Presumido, sendo o imposto de renda e a contribuição social correntes, calculados a partir da presunção de lucro de 32% sobre o qual aplica-se a alíquota regular de 9% para a contribuição social e de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente de R\$240 para o imposto de renda.

A despesa com imposto de renda e contribuição social que compreende os impostos correntes, foram reconhecidas no resultado do exercício.

8.12 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

8.12.1 Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- De acordo com a política contábil do Grupo para provisão para perda esperada de clientes faturados, aplica-se o percentual de cada faixa sobre o *aging list* dos títulos em aberto na data base de análise, em 31 de dezembro de 2021.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

8.12.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração não verificou indicativos de impairment para ativos não financeiros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

8.13 Arrendamentos

8.13.1 Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O CPC 06 (R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pelo Grupo: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses.

8.13.2 Como arrendatário

O Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo do arrendamento que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

8.13.2.1 Ativos de direito de uso

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo de direito de uso inicialmente é mensurado ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo do arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos do arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a incorrer pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando a localização em que se encontra ou restaurando o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento, deduzido de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

Subsequentemente, ele é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

8.13.2.2 Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

8.14 Provisões

8.14.1 Geral

As provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

8.14.2 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

8.15 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O reconhecimento de bônus a pagar aos empregados é usualmente efetuado mensal e semestralmente, segundo metas de desempenho individuais e critérios específicos.

O Grupo não mantém benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou nenhum plano de aposentadoria ou benefícios para seus empregados e dirigentes pós sua saída do Grupo.

8.16 Dividendos

A parcela dos dividendos mínimos obrigatórios é registrada com base na proposta de distribuição de dividendos aprovada em ata de reunião pela Administração e, quando aplicável, é reconhecida como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", ou, nos casos em que o pagamento ocorrer de forma antecipada, é baixado da rubrica "Antecipação de dividendos", sendo o primeiro caso assim tratado por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Caixa	-	4	23
Depósitos bancários	103	276	3.375
Aplicações financeiras	2	3	39.173
Total	105	283	42.571

As aplicações financeiras de curto prazo estão aplicadas a uma taxa média de 100% do CDI, prontamente resgatáveis, com prazo inferior a 90 dias, sem perspectivas de variações significativas de valor e que não estão sujeitas a riscos significativos de mercado.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Duplicatas a receber	-	-	18.071
Depósitos por cartão de crédito	-	-	1.019
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.257)
Total	-	-	14.833

A Composição do contas a receber, já faturado pela Companhia, por vencimento está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
A vencer	-	-	14.132
Vencidos de 1 a 15 dias	-	-	806
Vencidos de 16 a 30 dias	-	-	272
Vencidos a mais de 31 dias	-	-	3.880
Total	-	-	19.090

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021, o saldo de serviços faturados e a faturar estava apresentado líquido da respectiva provisão para perda esperada.

Há cessões fiduciárias de recebíveis para os empréstimos da modalidade capital de giro, veja nota explicativa nº 19.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado e perdas esperadas relacionadas a “Contas a receber e outras contas a receber” estão divulgadas na nota explicativa nº 8.4.

10.1 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgadas na nota explicativa nº 8.4, segue demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Vencidos de 1 a 15 dias	-	-	(242)
Vencidos de 16 a 30 dias	-	-	(135)
Vencidos a mais de 31 dias	-	-	(3.880)
Total	-	-	(4.257)

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Saldo inicial	-	-	(3.833)
Provisão constituída em 2021	-	-	(424)
Saldo final	-	-	(4.257)

11. ESTOQUES

A composição do estoque, conforme divulgadas na nota explicativa nº 8.5, segue demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Mercadoria para revenda	-	-	1.218
Mercadoria para consumo	-	-	10.961
Total	-	-	12.179

As mercadorias para consumo referem-se aos equipamentos adquiridos e que serão cedidos em comodato aos clientes.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão reconhecidas considerando as condições acordadas entre as partes. Os créditos e débitos entre as partes são regidos por contratos de conta corrente, sem cobrança de juros.

12.1 Créditos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Emive Comercio de Equipamentos Eletronicos Ltda	61.027	55.330	-
Comemax Com. de Equip. de Seg. Eletronica Ltda	5.260	5.860	-
Emive Franchising Gestão de Ativos S.A.	3.979	72	-
Master Security System Ltda	1.330	1.033	-
TCR Soluções Ltda	179	529	-
Young Participação S.A.	-	-	6.851
Frederico Fabiano Gontijo Maia	-	12.553	1.020
Outros	34	2.236	294
Total	71.809	77.613	8.165

12.2 Débitos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Emive Locação de Equipamentos Ltda	23.252	15.122	-
Emive Patrulha 24 Horas Ltda	981	46.521	-
CH Tecnologia Ltda	260	123	-
Children Holding S.A	-	-	48.596
Empréstimo com Pessoa Físicas	-	-	-
Old Participações S/A	-	17.027	-
Capital Financas Fomento Mercantil Ltda	-	26	-
Outros	-	5	7
Total	24.493	78.824	48.603

13. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os principais executivos da Companhia. A remuneração paga por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Executivos	-	-	369
Total	-	-	369

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários e benefícios (assistência médica, vale refeição e vale alimentação).

14. INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
CH Tecnologia Ltda	1.872	965	-
Emive Locação de Equipamentos Ltda	10.090	14.204	-
Emive Patrulha 24 Horas Ltda	-	29.311	-
Master Security	-	3.082	-
TCR Soluções	-	351	-
Total investimentos	11.962	47.913	-

Passivo a descoberto	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Emive Franchising Gestão de Ativos S/A	(1.246)	(3)	-
Emive Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda	(55.413)	(50.892)	-
Emive Patrulha 24 Horas Ltda	(6.997)	-	-
TCR Soluções	(1.144)	-	-
Master Security	(1.566)	(866)	-
Comemax Comercio de Equipos de Segurança Eletrônica Ltda	(3.910)	-	-
Total passivo a descoberto	(70.276)	(51.761)	-
Total	(58.314)	(3.848)	-

Movimentação da equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Saldo inicial	(3.848)	21.466	-
Equivalência Patrimonial	5.812	(25.314)	-
Ajuste avaliação patrimonial dos investimentos	(60.101)	-	-
Outros	(177)	-	-
Saldo final	(58.314)	(3.848)	-

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. IMOBILIZADO

	%	Controladora		Consolidado
		2021	2020 (Não Auditado)	2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	-	1.504
Computadores e Periféricos		-	-	1.544
Instalações		-	-	1
Máquinas e Equipamentos		-	-	488
Móveis e Utensílios		-	-	533
Veículos		-	-	1.392
Software		-	-	67
Imobilizado cedidos em comodato		-	-	29.555
Total custo		-	-	35.084
(-) Deprec. computadores e periféricos	20%	-	-	(441)
(-) Deprec. instalações	10%	-	-	(2)
(-) Deprec. máquinas e equipamentos	10%	-	-	(106)
(-) Deprec. móveis e utensílios	10%	-	-	(68)
(-) Deprec. veículos	20%	-	-	(828)
(-) Deprec. software	20%	-	-	(63)
(-) Imobilizado cedidos em comodato	33%	-	-	(21.541)
Total depreciação		-	-	(23.049)
Total		-	-	12.035

15.1 Movimentação dos ativos imobilizados consolidado

	Saldo em 31/12/2020 (Não Auditado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	1.504	-	1.504
Ferramentas	41	-	(41)	-
Computadores e periféricos	1.820	1.647	(1.923)	1.544
Instalações	139	-	(138)	1
Máquinas e equipamentos	2.878	1.622	(4.012)	488
Móveis e utensílios	752	510	(729)	533
Veículos	5.241	1.506	(5.355)	1.392
Software	112	63	(108)	67
Marcas e patentes	880	-	(880)	-
Imobilizado cedido em comodato	23.014	6.541	-	29.555
Total custo	34.877	13.393	(13.186)	35.084

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação	Saldo em 31/12/2020 (Não Auditado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Ferramentas	(34)	(7)	41	-
Computadores e periféricos	(1.634)	(444)	1.637	(441)
Instalações	(136)	(10)	144	(2)
Máquinas e equipamentos	(1.534)	(375)	1.803	(106)
Móveis e utensílios	(617)	(92)	641	(68)
Veículos	(3.457)	(69)	2.698	(828)
Software	(63)	(59)	59	(63)
Imobilizado cedido em comodato	(18.531)	(3.010)	-	(21.541)
Total Depreciação em 31/12/2021	(26.006)	(4.066)	7.023	(23.049)
Total	8.871	9.327	(6.163)	12.035

15.2 Avaliação da vida útil do ativo imobilizado

O Grupo, considerando as disposições contidas no CPC 27 revisa anualmente, e se necessário, ajusta seus critérios quanto à determinação do tempo de vida útil e valores residuais dos bens do ativo imobilizado.

15.3 Provisão para redução no valor recuperável (impairment)

Os ativos do Grupo estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas.

Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, o Grupo toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 (R1), e efetua teste de impairment baseado na projeção de resultados, pelo menos anualmente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou fatores que indicassem a necessidade de uma nova avaliação.

15.4 Garantia

Em 2021, não há imobilizado dado em garantia dos arrendamentos financeiros ou dos empréstimos e financiamentos.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Moeda</u>	<u>Indexador</u>	<u>Garantia</u>	<u>Consolidado 31/12/2021</u>
Linhas de crédito utilizadas					
BRADESCO 4071612	9,25%	Reais	pre-fixada	Aval proprio emitente + FGI/PEAC	4.925
BRADESCO 13242729	8,71%	Reais	pre-fixada	Emissão de duplicatas	279
Prosper 1MM	9,38%	Reais	pre-fixada	Aval sócio	1.030
Prosper 0.5MM	9,38%	Reais	pre-fixada	Aval sócio	508
INTER 00202116261	3,20%	Reais	+ CDI	Alienação fiduciária de imóveis	6.766
INTER 00202149879	3,20%	Reais	+ CDI	Alienação fiduciária de imóveis	2.508
INTER 202129151	3,20%	Reais	+ CDI	Alienação fiduciária de imóveis	4.629
INTER 202149771	3,20%	Reais	+ CDI	Alienação fiduciária de imóveis	2.508
INTER 00202181322	3,97%	Reais	+ CDI	Alienação fiduciária de imóveis	6.500
CEF 937577	8,60%	Reais	pre-fixada	FGI /PEAC	3.624
CEF 0063-70	4,32%	Reais	+ CDI	Alienação fiduciária de imóveis	8.000
BB 339804196	3,30%	Reais	+ CDI	Aval sócio, aval de empresa terceira e alienação fiduciária de imóveis	8.049
BB 339804086	2,57%	Reais	+ CDI	Aval sócio e aval de empresa terceira	1.897
BB 339203792	3,95%	Reais	+ CDI	Aval Sócio, alienação fiduciária e aval de empresa terceira	1.600
BDMG 252 445120	5,63%	Reais	+ CDI	Aval sócio e FGI	317
Total					<u>53.140</u>
Total circulante					18.333
Total não circulante					34.807

Garantias

Os saldos de empréstimos da modalidade capital de giro estão sujeitos aos encargos financeiros mencionados no quadro e estão substancialmente garantidos por cessões fiduciárias de recebíveis com trava de domicílio simples e sem retenção de saldo, alienação fiduciária de imóveis, aval dos sócios e empresas terceiras, e utilização do Fundo Garantidos para Investimentos (FGI).

16.1 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 e os respectivos valores nominais estão assim apresentados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2020 (Não Auditado)</u>	<u>2021</u>
2022	-	-	18.333
2023	-	-	15.619
2024	-	-	13.037
2025	-	-	4.073
Após 2025	-	-	2.078
Total	-	-	<u>53.140</u>

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Saldo Inicial			28.303
Captações	-	-	35.179
Apropriação de juros	-	-	2.147
Atualização monetária	-	-	1.370
Pagamento de juros	-	-	(981)
Pagamento de principal	-	-	(12.911)
Outros	-	-	33
Saldo Final			53.140

16.3 Covenants contratuais

Com relação às cláusulas de *covenants*, estão vinculadas a:

- Constituição voluntária de quaisquer garantias reais, ônus sobre ativos garantidores da operação;
- Inadimplemento de obrigações contraídas em razão desta cédula de crédito, inclusive encargos e acessórios;
- Inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias vinculadas a contratos de empréstimos em geral; e
- Manutenção e seguro das garantias oferecidas.

A Administração, entende que na data desta emissão destas demonstrações financeiras, todas as cláusulas foram atendidas.

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

17.1 Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Parcelamentos tributários	-	-	2.576
COFINS a recolher	-	-	254
ICMS a recolher	-	-	273
ISS a recolher	-	-	240
ICMS ST a recolher - entradas	-	-	156
Outros tributos a recolher	4	-	68
Total circulante	4	-	3.567

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo possui parcelamentos na modalidade REFIS IV, referente à Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 12.996/14 administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), e foram incluídos os parcelamentos simplificados no “NOVO REFIS” denominado de PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) também administrados pela RFB e PGFN.

17.2 Impostos de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
CSLL	8	-	821
IRPJ	3	-	2.392
Total circulante	11	-	3.213

17.3 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
CSLL	-	-	4.831
IRPJ	-	-	384
Total não circulante	-	-	5.215

17.4 Movimentação dos parcelamentos tributários

A movimentação dos parcelamentos tributários está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Saldo inicial	-	-	8.518
Juros apropriados	-	-	1.793
Pagamentos	-	-	(2.189)
Reclassificações	-	-	(615)
Outros	-	-	(100)
Saldo Final	-	-	7.407

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Salários e Ordenados a Pagar	8	8	1.115
INSS a Recolher	4	3	489
Provisão Para Férias	19	17	1.604
Provisão Inss Sobre Férias	5	5	466
Outras Obrigações Trabalhistas	3	2	316
Total	39	35	3.990

19. ARRENDAMENTO

O Grupo possui arrendamentos de diversos imóveis. Anteriormente, a maioria desses arrendamentos era classificada como arrendamentos operacionais e não era reconhecida no balanço patrimonial. Com a adoção do IFRS 16, O Grupo agora reconhece um ativo de direito de uso do imóvel e uma obrigação de arrendamento para a maioria dos contratos de arrendamento, exceto aqueles com duração inferior a 12 meses ou de baixo valor.

Os impactos pela adoção do IFRS 16 nas demonstrações financeiras do Grupo foram os seguintes:

(a) Reconhecimento do Ativo de Direito de Uso do Imóvel: O Grupo reconheceu os ativos de direito de uso do imóvel no valor total de R\$ 6.329 em 1º de janeiro de 2021.

Esses ativos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento ao longo do prazo do contrato e a taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente foi 0.95% ao mês.

(b) Reconhecimento da Obrigação de Arrendamento do Imóvel: O Grupo também reconheceu as obrigações de arrendamento correspondentes aos contratos de arrendamento do imóvel no valor total de R\$ 6.329 em 1º de janeiro de 2021.

Essas obrigações foram mensuradas pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento ao longo do prazo do contrato e a taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente foi 0.95% ao mês.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Depreciação e Despesa de Juros: O Grupo deprecia os ativos de direito de uso, de forma linear, ao longo do prazo do contrato e calcula os juros à taxa de 0.95% ao mês.

	Consolidado
Ativo	
Em 1º de janeiro de 2021	-
Contratos novos	6.329
Remensurações	719
Depreciação	(2.476)
Ativo Total	4.572

	Consolidado
Passivo	
Em 1º de janeiro de 2021	-
Contratos novos	6.329
Remensurações	(970)
Pagamentos	(1.082)
Juros Apropriados	965
Passivo Total	5.242
Circulante	2.009
Não Circulante	3.233

Na tabela abaixo, apresentamos o cronograma de pagamento dos passivos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
< 1 ano	-	-	2.009
1-3 anos	-	-	2.510
3-5 anos	-	-	723
> 5 anos	-	-	-
Total	-	-	5.242

20. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Nicolau Carvalho Esteves – nota 1.2	50.000	-	50.000
Total	50.000	-	50.000

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. PROVISÕES PARA RISCOS

Durante o curso normal de seus negócios, O Grupo fica exposto a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, em discussão.

Com base na opinião de seus assessores legais, a Administração reconhece provisões para todos as discussões cujas perdas e desembolsos sejam considerados “prováveis”. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos com probabilidade de perda prováveis:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Contingências trabalhistas	-	-	17.174
Total	-	-	17.174

Conforme avaliação de seus assessores legais, em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía R\$763 referentes a processos de natureza das mais variadas, cujo risco de perda foi classificado como possíveis e, portanto, não foram provisionados. A prática contábil adotada pelo Grupo é de provisionar as ações trabalhistas classificadas com risco de perda provável, com base em uma análise cuidadosa dos eventos e contingências trabalhistas, levando em consideração as informações disponíveis e as orientações contábeis aplicáveis. A análise e atualização da provisão são realizadas de forma periódica, considerando a evolução dos casos, mudanças na legislação e orientações dos assessores jurídicos da Grupo.

As adições (constituição) e baixas (transitado julgado) do período de 2021 estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Saldo inicial	-	-	-
Constituição	-	-	18.170
Transitado julgado	-	-	(996)
Saldo Final	-	-	17.174

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

22.1 Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$4.909 representado por 4.909.528 ações, totalmente integralizadas, todas nominativas sem valor nominal.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Participação dos minoritários

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Emive Locação de Equipamentos Ltda	-	-	1
Emive Franchising Gestão de Ativos S/A	-	-	(13)
Emive Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda	-	-	(32.141)
Emive Patrulha 24 Horas Ltda	-	-	(1)
CH Tecnologia Ltda	-	-	208
TCR Soluções	-	-	(117)
Comemax Comercio de Equipos de Segurança Eletrônica Ltda	-	-	(38)
Total	-	-	(32.101)

22.3 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Administração da Companhia registrou na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, a título de ajustes de exercícios anteriores” os montantes de R\$57.887 mil e R\$60.102 mil, nos exercícios de 2020 e 2021, respectivamente.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Conforme descrito na nota explicativa nº 8.2.1 o Grupo gera receita operacional principalmente pela prestação de serviços de segurança patrimonial.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Vendas de mercadorias	-	-	13.010
Prestação de serviços	-	-	96.989
(-) Devolução de vendas de produtos mercado interno			(59)
(-) Devolução vendas de mercadorias mercado interno			(293)
(-) PIS			(666)
(-) ICMS			(673)
(-) ISS			(2.976)
(-) COFINS			(3.098)
Total	-	-	102.234

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, como segue:

- Os contratos são assinados com base nos equipamentos disponibilizados e serviços prestados pelo Grupo. Os contratos são geralmente de 36 (trinta e seis) meses com renovação automática. O pagamento deve ser efetuado mensalmente.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- As medições dos serviços prestados são efetuadas e suas receitas reconhecidas no final do mês, no momento em que o serviço foi prestado.
- As faturas para os serviços são emitidas no início de cada mês e pagas em 30 dias.
- Serviços adicionais são considerados em contrato.

24. CUSTOS MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Custo de mercadorias	-	-	6.124
Fretes sobre compras de mercadorias	-	-	111
Promoção de vendas	-	-	787
(-) Devoluções, Icms e doações	-	-	(52)
Outros	-	-	143
Total Custos mercadorias vendidas	-	-	7.113

25. CUSTOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Despesas com pessoal	-	-	18.624
Ocupação	-	-	116
Utilidades e serviços	-	-	6.307
Despesas com veículos	-	-	1.660
Outros	-	-	240
Total custos serviços prestados	-	-	26.947

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Despesas com pessoal	170	586	12.379
Propaganda e publicidade	-	-	2.203
Viagens e representações	24	-	24
Ocupação	6	6	435
Utilidades e serviços	-	-	1.574
Despesas com veículos	2	1	7
Total	202	593	16.622

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. DESPESAS GERAIS

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Promoção de vendas	-	-	31
Materiais	-	-	2.365
Serviços prestados por pessoas jurídicas	883	384	10.925
Utilidades e outros serviços	349	77	3.530
Outros	8	2	1.357
Total	1.240	463	18.208

Os serviços prestados por terceiros referem-se aos serviços contratados de contabilidade, auditoria, consultorias diversas, assessoria legal, financeira, manutenções prediais diversas, entre outros.

28. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado
	2021	2020 (Não Auditado)	2021
Receitas Financeiras	-	-	384
Atualização ativa monetária arrendamentos	-	-	1.689
Total das receitas financeiras	-	-	2.073
(-) Despesas bancárias diversas	(4)	(4)	(3.320)
(-) Juros incorridos	-	(383)	(381)
(-) Juros parcelamento	-	-	(1.793)
(-) Juros empréstimos bancários	-	-	(2.147)
(-) Atualização monetária empréstimos bancários	-	-	(1.370)
(-) Multas dedutíveis	-	-	(114)
(-) Juros arrendamento	-	-	(965)
Total das despesas financeiras	(4)	(387)	(10.090)
Total	(4)	(387)	(8.017)

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

O Grupo contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais e financeiras.

O Grupo opera com conta corrente para as transações financeiras entre partes relacionadas.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração do Grupo.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

29.1 Gestão de risco financeiro

29.1.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela diretoria do Grupo, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pela Administração. A diretoria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger o Grupo contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

29.1.2 Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

29.1.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentariam as despesas financeiras relativas a passivos captados no mercado. As taxas de juros sobre empréstimos estão mencionadas na nota explicativa nº 19. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa nº 9.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

O Grupo não pactua contratos de derivativos para fazer hedge contra o risco de taxa de juros que envolvam CDI, todavia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.1.4 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A exposição o Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito do contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente. O Grupo entende que a pulverização dos recebíveis é importante mitigador do risco de crédito.

O Grupo não exige garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

29.1.5 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e Salários e encargos’.

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Empresa, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

29.1.6 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período de relatório.

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os passivos financeiros indexados a CDI e taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor líquido do passivo em aberto no final do período esteve em aberto durante todo o exercício.

Um aumento ou uma redução de 5 pontos percentuais no CDI correspondem ao efeito de R\$1.959 no saldo de aplicações financeiras e R\$2.139 no saldo de empréstimos e financiamentos.

Esta sensibilidade é utilizada para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Durante o ano de 2022, a Companhia obteve um aporte, via AFAC, no valor total de R\$ 85.634 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro mil reais) do investidor Nicolau Carvalho Esteves. O objetivo da operação foi para fins de reestruturação societária e aquisição, por parte do investidor, de participação na Companhia. Em abril de 2023 a Companhia e Nert Investimentos e Participações Ltda. (veículo constituído pelo investidor Nicolau Carvalho Esteves) concluíram a documentação para conversão do AFAC em capital social da Companhia, totalizando o investimento de R\$135.634 (cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro mil).

(b) Em 2022, a Companhia obteve um aporte, via AFAC, no valor total de R\$ 20.555 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais) da empresa SFAP – São Francisco Administração e Participações Ltda. Os objetivos da operação foram a reestruturação societária e a aquisição, por parte do investidor, de participação na Companhia.

(c) Em 2022, a Companhia obteve um aporte, via AFAC, no valor total de R\$ 3.241 (três milhões, duzentos e quarenta e um mil reais) da empresa SW Participações em Negócios Eireli, correspondentes à primeira parcela da compra de participação de 0,50% da Companhia. Em março de 2023 a empresa SW Participações em Negócios Eireli não cumpriu com os pagamentos da segunda parcela para aquisição do percentual acordado e em junho de 2023 notificou a Companhia que não iria cumprir com a aquisição acordada. Como consequência, a Companhia devolveu à SW Participações em Negócios Eireli, em agosto de 2023, o valor recebido pelo investimento não pago.

(e) Em abril de 2023, a Companhia concluiu a aquisição da empresa VT Comercio De Segurança Eletrônica Ltda., cuja atividade é a fabricação de equipamentos e componentes eletrônicos voltados à segurança eletrônica, por um valor total de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões reais), sendo R\$10.000 (dez milhões reais) pagos no ato da assinatura, R\$90.000 (noventa milhões de reais) convertidos em ações da Companhia e o restante a serem pagos em parcelas anuais de R\$10.000 (dez milhões reais). A aquisição foi realizada com o objetivo de expandir as atividades do Grupo na área de segurança eletrônica e fortalecer sua posição no mercado.

(f) Visando manter o plano de expansão e aquisição de empresas definido pelos acionistas da Companhia, nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2023, o Grupo contratou, R\$29.739 (vinte e nove milhões, setecentos e trinta e nove mil reais) junto ao Banco Inter com prazo de 60 meses e carência de 6 meses; R\$4.777 (quatro milhões setecentos e setenta e sete mil reais) junto à Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. com prazo de

EMIVE PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação de Children Participações S.A.)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 meses e carência de 2 meses; e R\$30.000 (trinta milhões de reais) junto ao Banco Itaú, com prazo de 42 meses e carência de 6 meses.

(g) Em agosto de 2023, a Companhia, através da sua controlada Master Security System Ltda., concluiu a aquisição da empresa Senior Service Serviço de Instalação e Manutenção Ltda., cuja atividade é execução de obras de construção e engenharia civil vinculadas a sistemas hidráulicos e elétricos para prevenção, detecção e combate a incêndios, por um valor total de R\$16.000 (dezesesseis milhões de reais), sendo R\$500 (quinhentos mil reais) pagos no ato da assinatura, R\$8.000 (oito milhões de reais) convertidos em ações da Companhia e o restante a serem pagos trimestralmente conforme metas estabelecidas.

(h) Em setembro de 2023, a Companhia concluiu, através da sua controlada Master Security System Ltda., a aquisição da empresa Controller BMS Comércio e Serviços para Automação Ltda., cuja atividade é a prestação de serviços de importação, exportação, locação e execução de projeto, montagem, reforma, manutenção, implantação e instalação de sistemas de automação predial, vigilância, segurança eletrônica, monitoramento local e remoto por um valor total de R\$65.000 (sessenta e cinco milhões de reais), sendo R\$21.125 (vinte e um, cento e vinte e cinco mil reais) pagos no ato da assinatura, e o restante a ser pagos em duas parcelas anuais de R\$10.562 (dez milhões, quinhentos e sessenta e dois mil reais). O saldo remanescente de R\$22.750 (vinte e dois milhões e setecentos e cinquenta mil reais), vincendo junto à última parcela, poderá, a critério dos vendedores, ser convertido em ações da Companhia.

Frederico Fabiano Gontijo Maia
Diretor Presidente
CPF 728.422.886-53

Guilherme Guimarães de Almeida Barros
Diretor Financeiro - CFO
CPF: 795.155.176-72

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Ebert Mauricio de Freitas
Contador CRC-MG 046.582/0-6
CPF: 620.592.386-68